

# OS FUNDAMENTOS DA TEORIA NEOCLÁSSICA: UMA APRESENTAÇÃO CRÍTICA

Eduardo Strachman\*

O artigo apresenta de forma sucinta os fundamentos básicos que norteiam a corrente majoritária, neoclássica, da ciência econômica, dado que os adeptos não-neoclássicos das políticas industriais e de outras políticas públicas têm que se confrontar com ela, na defesa destas políticas. Para isto, apresenta sucintamente a base geral desta tendência majoritária, a chamada Teoria do Equilíbrio Geral, e uma de suas principais derivações e subdivisões, a Teoria Neoclássica do Comércio Internacional, demonstrando que estas duas construções teóricas e os modelos que as procuram desenvolver não servem como guia para a compreensão do mundo real e a ação sobre este.

## 1 Introdução

Como se sabe, os adeptos das políticas industriais geralmente se confrontam, na defesa destas políticas, com a oposição teórica e empírica dos partidários da chamada corrente principal da ciência econômica (*mainstream economics*) — principal em termos de hegemonia no interior desta ciência — em uma das muitas versões existentes desta corrente. E os partidários de qualquer uma das versões desta corrente sempre se utilizam, como ponto de partida para suas análises e prescrições de políticas, de recomendações alicerçadas no que lhes ensina esta corrente principal. Por isto, mostra-se necessário apresentar de forma sucinta os fundamentos básicos que norteiam esta corrente, em todas suas inúmeras versões, apesar de algumas importantes variações entre elas, o que lhes dá sua particularidade frente a esta raiz principal (Petri, 1998). Note-se, portanto, que não se vai expor cada uma das versões, mas apenas apresentar os elementos básicos que sustentam cada uma delas.

Para isto, apresenta-se, inicialmente, a base geral desta corrente, a chamada **Teoria do Equilíbrio Geral** (TEG), e uma de suas principais derivações e subdivisões, a **Teoria Neoclássica do Comércio Internacional** (TNCI), visto que estas duas teorias constituem as mais importantes fontes de argumentação daqueles que se opõem às políticas industriais, sobretudo quando estas últimas apresentam um caráter abrangente. Estas duas teorias neoclássicas, a partir de seus alicerces básicos e das análises empíricas a partir deles realizadas (a chamada economia positiva), conduzem a duas prescrições essenciais (a chamada economia normativa): **1)** a de não-intervenção nos mecanismos de mercado, uma vez que estes mecanismos tenderiam, se deixados livres, a conduzir ao equilíbrio, inclusive em termos mundiais;

e 2) em casos excepcionais, à prescrição de intervenção, a fim de adequar as condições econômicas reais àquelas que são previstas por estas teorias.

Para efetuar os propósitos deste artigo e dar a ele suporte teórico, parte-se, inicialmente, do “melhor dos mundos” econômicos e sociais possível (teoricamente, pelo menos segundo os neoclássicos), qual seja, um mundo de **Equilíbrio Geral** (EG), no qual, conseqüentemente, a TNCI também vigora. Deseja-se demonstrar que estas duas construções teóricas e os modelos que as procuram desenvolver e aplicar, absolutamente não servem como guia para a compreensão do mundo real e a ação sobre este. Isto porque se torna totalmente inviável basear qualquer prescrição normativa que esteja alicerçada em teorias com contradições internas insolúveis, inescapáveis a não ser sob condições extremamente restritivas e irrealistas (Petri,1998; S.Possas,1996:153). E isto apesar de todo o rigor com que estas são erigidas e dos pressupostos irrealistas necessários para as tentar tornar consistentes, vale dizer, sem contradições internas. Como agravante, se isto for ainda necessário, procura-se mostrar que, além destas inconsistências lógicas, estas pressuposições são completamente inadequadas para uma ciência empírica e histórica (Simon,1976:145-7; Samuels,1995).

Por exemplo, observe-se os conflitos insolúveis que Petri (1998:14-8) aponta para o tempo necessário para a economia se ajustar e atingir o EG, em um instante qualquer, e as prováveis mudanças nas dotações relativas de bens de capital (e também, no caso de um equilíbrio temporário, nas formas das funções de expectativas) que podem ocorrer durante este processo de ajuste, a não ser que se lhes adicione suposições adicionais (p.ex., desaparecendo com o problema, ao supor que os bens de capital são homogêneos, como nas versões mais antigas, walrasianas, dos **Modelos de EG** — MEGs; id.:18). Ora, estas mudanças, se fossem permitidas, alterariam as condições iniciais de equilíbrio, com o que este não seria mais atingível, sendo portanto necessário buscar um novo equilíbrio a partir destas condições modificadas, e assim por diante. Ou seja, em tal caso, há que se abrir mão ou das decisões dos agentes que transformem a dotação relativa inicial de capital — a fim de não importunar estas condições iniciais de equilíbrio, tornando esses agentes, deste modo, irracionais (o que é uma contradição provavelmente insolúvel com outro dos postulados básicos do *mainstream economics*; Hodgson,1997) — ou da existência do tempo (Petri,1998:17-8;. Possas,1995). Este é o chamado **problema da impermanência** (ou seja, da não persistência das condições iniciais). Como

consequência, se não se supõe condições estáveis, p.ex., para a dotação de fatores, se se permite que a economia mude suas condições iniciais, isto resulta em um caráter dependente da trajetória (*path-dependent*) para esta economia, pois as mudanças em parâmetros e variáveis têm implicações sobre mudanças posteriores, e assim por diante, tornando irrelevantes quaisquer cálculos acerca das condições de equilíbrio correspondentes àquelas condições iniciais! (Petri,1998:15; Antonelli,1997:662).

A estes pontos se pode acrescentar que mesmo se estas condições iniciais se mantivessem, não se saberia qual o equilíbrio que seria atingido, visto que não se sabe o que acontece durante o desequilíbrio (a não ser com suposições adicionais acerca da existência de atratores, de pontos em torno dos quais a economia gravitaria, etc. — Petri,1998:14-6). Portanto, tendo por base este desconhecimento sobre o comportamento das economias em desequilíbrio, pode-se concluir, sabendo-se que as economias, na realidade, estão sempre em desequilíbrio com relação ao comportamento estrito previsto pela teoria, que os neo-walrasianos não têm o que dizer sobre o nível de divergência entre a concepção teórica sobre a qual se fundamentam e os dados observados nestas economias reais, e muito menos sobre o comportamento destas economias reais! E que, ao contrário do que é geralmente reputado, a teoria neo-walrasiana não se encontra imune com relação a acusações de inconsistência lógica, a não ser utilizando-se de restrições e irrealismos adicionais! (id.:16-8)

A partir destas colocações e da existência de um referencial teórico alternativo, evolucionista e institucionalista — o qual prescinde destas condições restritivas e busca se ajustar o máximo possível, desde o início, às condições reais existentes nas várias economias — pode-se fundamentar as decisões de política industrial e demonstrar o potencial que esta oferece com relação à eficiência, bem-estar, renda, produção e produtividade encontradas nestas economias e nas sociedades que as englobam, o qual, contudo, não será feito neste artigo.

O artigo divide-se da seguinte maneira: após esta introdução, apresenta-se o Modelo de Equilíbrio Geral. A isto se segue, na terceira seção, uma análise semelhante quanto à Teoria Neoclássica do Comércio Internacional. Na quarta seção, realiza-se uma crítica ao uso da TEG e de suas derivações como fundamento para a análise e as prescrições de políticas governamentais. Por fim, tecem-se breves conclusões.

## **2 O Modelo de Equilíbrio Geral**

Um equilíbrio walrasiano, em um sentido moderno, para ser atingido, necessita que várias condições se realizem: **1)** os agentes devem possuir o conhecimento perfeito de todos os preços de todos os bens, inclusive dos preços futuros, o que torna a incerteza, pelo menos em um sentido Knightiano/Keynesiano, totalmente incompatível com qualquer suposição teórica de EG; **2)** os ofertantes e demandantes não podem afetar individualmente os preços (Kreps,1990:194; Villela & Correa,1995:35); **3)** os agentes têm que atuar racionalmente (Varian,1978; Hodgson,1997); **4)** as preferências devem ser contínuas (Varian,1978:393; Kreps,1990); **5)** as preferências devem ser convexas; **6)** os preços não devem ser negativos, pois as preferências dos consumidores não são decrescentes (McKenzie,1987; Kreps,1990); **7)** o conjunto das possibilidades de produção tem que ser contínuo, apesar de poder não o ser para algumas firmas em separado (Varian,1978; Kreps,1990:291); **8)** o conjunto das possibilidades de produção tem que ser convexo, também quando tomado agregadamente; **9)** os rendimentos têm que ser decrescentes; **10)** não podem haver economias de escala (Williamson,1989:38; Baptista,1997); **11)** não podem haver externalidades, nem na produção, nem no consumo; e **12)** todos os bens têm que ser substitutos brutos entre si.

Estas são as condições necessárias, mas não suficientes, para a existência de um único EG, uma vez que mesmo sob estas, a TEG não se encontra livre de inconsistências, à despeito de suas excessivas restrições e irrealismo. Além disso, elas apenas demonstram a possibilidade de que tal EG se possa realizar, e não de que ele tende efetivamente a ocorrer teoricamente, muito menos empiricamente (Coricelli & Dosi,1988a:128-9; Possas,1996:78; Petri,1998), pois então todo um conjunto de condições restritivas adicionais teria que ser enunciado.

Assim, ainda que fizéssemos a suposição heróica de que haja uma grande semelhança entre este modelo teórico e o mundo empírico — ou seja, de que se pudesse, em termos empíricos, pressupor que as economias nacionais (ou mesmo a mundial) fossem passíveis de ser entendidas por este modelo, ou a ele bastante próximas — um último e grave problema seria colocado para os que advogam a pertinência da análise do EG enquanto meio de entendimento da realidade empírica e de prescrição de políticas para esta: não há prova suficiente de que há uma tendência para que a economia alcance este equilíbrio (precisa-se, mais uma vez, para que se

demonstre tal tendência, fazer uso de suposições adicionais) ou de que, uma vez que a economia nele se encontre, qualquer alteração que a desloque deste ponto a faça a ele retornar (o que também necessita de pressupostos adicionais). Também não há demonstração indicando o período de tempo necessário para um retorno ao equilíbrio ou a qualidade dos modelos econômicos no que se refere à adequação entre o comportamento da realidade e as suas previsões. Ao contrário: tem-se demonstrado, também matematicamente — pelo menos sem a presença de soluções *ad hoc*, como a do leiloeiro walrasiano (Varian,1978:398), de regras de ajustamento de preços (Varian,1978:398-9; McKenzie,1987:511), ou de condições especiais para as funções de demanda (como, p.ex., axiomas de preferência revelada) ou para as trocas (processos de **Edgeworth** ou de **Hahn** — Varian,1978:398-402; McKenzie,1987:511) — que se uma economia estivesse em EG, pequenos deslocamentos deste ponto poderiam, com o transcorrer do tempo, distanciá-la progressivamente dele, sem qualquer garantia de retorno (Heiner,1988:149; Silverberg,1988:534-6).

E como também vimos, há ainda, entre outros, o **problema da impermanência** (Petri, 1998) o tempo necessário para que o EG seja atingido é provavelmente suficiente para os fatores de produção (p.ex., se o fator capital não for considerado homogêneo), assim como os formatos das funções de expectativas (no caso de um equilíbrio temporário), terem mudado em praticamente qualquer extensão possível, de maneira que os dados não sejam mais iguais aos iniciais. Isto traz como consequência que

“a economia não pode atingir nem gravitar em torno do equilíbrio correspondente aos dados iniciais; o próprio equilíbrio mudou, devido a esta mudança de dados...”(id:15).

Ademais, o equilíbrio que se atinge, no geral, se puder ser qualificado como tal, é dependente da trajetória, ou seja, não depende apenas das condições iniciais para que seja atingido, mas também do “caminho” percorrido. Uma das principais razões para isto é que, se relaxados alguns dos pressupostos dados acima — como, p.ex., o de que todos os bens devem ser substitutos brutos entre si, ou de que mudanças tecnológicas, em gostos, disponibilidade de recursos produtivos, instituições, política, etc., não ocorram, ou somente o façam dentro de certos limites “bem comportados”, favoráveis (Silverberg,1988:532-3; Vercelli,1991:33) — os equilíbrios possíveis tornam-se múltiplos e indeterminados. Vale dizer, não se pode ter certeza, a não ser, mais uma vez, através da análise de trajetórias, de qual

equilíbrio será atingido, isto se algum o for.

Tendo isto em mente, vejamos agora como a TEG se coaduna com a TNCI.

### ***3 A Teoria Neoclássica do Comércio Internacional***

Como se sabe, a TNCI é uma das áreas de aplicação da TEG, com sua busca incessante pelas condições que realizem um EG e, portanto, sua pressuposição essencial de que, pelo menos sob determinadas condições, os mercados devem compensar-se (*clear*) (Possas,1995;1996; Possas *et alii*,1995:29). No entanto, tal EG deve se realizar, agora, em termos globais, a despeito de poder ser atingido igualmente com relação a qualquer tipo de comércio — entre países, cidades, regiões, pessoas, classes sociais, etc. — e não só ao comércio internacional. De fato, foi só por um acidente histórico que este problema da consecução do EG por meio do comércio entre diferentes agentes ficou conhecido como comércio internacional (Dosi *et alii*,1990:7).

Destarte, é objetivo essencial da TNCI alcançar teoricamente este EG, a despeito das pequenas alterações nos supostos iniciais, conforme o modelo, quando se os compara com o **Modelo Heckscher-Ohlin** (MHO) básico (p.ex., quanto à homogeneidade ou não das tecnologias ou dos produtos, quanto ao “bom comportamento” das funções de produção ou de consumo, quanto às economias de escala, retornos crescentes, etc. — Jones,1987:624; Dosi *et alii*,1990:17-23). Na realidade, o MHO, na sua essência, não é mais do que uma ilustração particular do MEG para uma economia aberta, com suas suposições e restrições habituais (Dosi *et alii*,1990).

Note-se que o mero relaxamento de algumas das suposições básicas que possibilitam que o equilíbrio do MHO seja determinado (i.e., concorrência perfeita, imobilidade dos fatores de produção, tecnologia homogênea e com difusão livre e imediata, funções de produção e de utilidade bem comportadas) já conduz a alguns resultados bastante interessantes, ou seja, à indeterminação da direção e do volume do comércio:

“Além do mais, o teorema da equalização dos preços dos fatores não segue, geralmente. Em termos de implicações para o bem-estar, dependendo de qual suposição é relaxada, as conclusões sobre os ‘ganhos do comércio’ estão às vezes de acordo e às vezes em desacordo com o modelo ortodoxo.”(Dosi *et alii*,1990:23)

Os supostos básicos, geralmente encontrados nos vários modelos da TNCI “pura”, são os seguintes (Dosi *et alii*,1990:7,17-8): **1) com relação à tecnologia:** as tecnologias — e as diferenças entre elas, nos modelos menos “puros”, mais realistas

— podem ser adequadamente representadas por funções de produção, que devem ser “bem comportadas” (Williamson,1989:38), contínuas, convexas, com retornos decrescentes, sem economias de escala, etc., exatamente, é claro, como os requisitos para as funções de produção em um EG. Contudo, uma suposição adicional é que as tecnologias disponíveis devem ser idênticas para os vários países, ou seja, de que todos os países devem ter acesso às mesmas tecnologias; **2) com relação ao comportamento das empresas:** a concorrência perfeita prevalece, no geral, nos vários modelos (Williamson,1989), e os agentes, como anteriormente, são maximizadores (Kreps,1990; Vercelli,1991:99-100); **3) com relação à demanda:** os gostos são idênticos, entre os países, e as funções de utilidade são também, como vimos, “bem comportadas” (Krugman & Obstfeld,1988:76; Williamson,1989); e **4) com relação ao mecanismo de ajuste:** os ajustes são supostos de tal forma a garantir, por hipótese, a compensação (*clearing*) de todos os mercados, de bens e de fatores (Dosi & Orsenigo,1988:14; Dosi & Soete,1988:403).

Adicione-se que os postulados fundamentais quanto às implicações da atuação das transnacionais na economia e comércio internacionais provêm dos mesmos pressupostos básicos da TEG e da TNCI, os quais partem da suposição de empresas de mesmo tamanho, nos vários países, com igual acesso — independentemente da localização — à tecnologia, financiamento, recursos humanos (ou melhor, “trabalho”), infra-estrutura física, etc. (na verdade, na maioria dos modelos nem mesmo se postula a necessidade de tantos fatores, os quais podem se resumir a “capital” e “trabalho”, ou mesmo somente a “trabalho”, nas frequentes reelaborações do modelo ricardiano — Krugman & Obstfeld,1988; Kregel,1996:30-1; Petri,1998).

#### ***4 A Crítica ao Uso da TEG e de suas Derivações como Fundamento para a Análise e as Prescrições de Políticas***

A partir desta estrutura básica dos pressupostos da TNCI que possibilitam, teoricamente, o funcionamento de mercados em EG, inclusive no que se refere ao comércio internacional, pode-se, agora, mostrar os desacordos mais graves com relação a eles e às suas implicações, que seriam a prescrição de políticas para corrigir as discrepâncias entre as suposições da TEG e o mundo real (Itoh *et alii*,1988:8; Villela & Correa,1995).

Primeiramente, é preciso explicar as razões da não-concordância com a idéia de “imperfeições”, ou “falhas de mercado” às divergências entre a TEG e os dados da

realidade econômica. Como mostram Nelson e Soete (1988:632-3), estes dois conceitos têm seu foco em condições de equilíbrio que deveriam estar presentes em todo um conjunto de mercados, em um sistema de mercado estilizado. Mas como as “falhas de mercado” são onipresentes (Chang, 1994b:297-8), isto é, nenhuma das pré-condições para um EG se encontram presentes empiricamente nas economias reais — sem mencionar os problemas de inconsistência lógica já referidos no início do artigo — é necessário o

“abandono da tradicional meta normativa de tentar definir um ‘ótimo’ e a estrutura institucional que o irá atingir... [em troca da] aceitação dos objetivos mais modestos de identificar problemas e possíveis melhorias.” (ib.)

Um posicionamento semelhante é defendido por S. Possas (1993:167), de forma ainda mais radical e correta: as falhas de mercado, dada a sua onipresença nas economias capitalistas, logicamente não constituem falhas, mas sim características essenciais destas. Vale dizer, o termo “falhas de mercado” deveria ser trocado por “características dos mercados”, o que não deve ser visto como um preciosismo semântico, mas sim de uma transformação radical no modo como se percebem os mercados e o seu funcionamento.

Neste mesmo sentido, Chang (1994b:297-8) agrupa os que defendem a idéia de falhas de mercado como adeptos da “Economia do Bem-Estar”, pois o objetivo destes é “corrigir” as economias empíricas, livrando-as destas falhas (ou contornando os seus efeitos deletérios), de forma a que as economias se aproximem o máximo possível do Bem-Estar previsto pela TEG. Assim, esses adeptos consideram a ação do Estado e as instituições extra-mercado passíveis de utilização apenas como **segunda melhor solução** (*second best*), a partir da impossibilidade de atingir a **melhor solução**.

Ressalte-se que as instituições que conformam os mercados nos diferentes países não são as mesmas, estando interligadas entre si — por vezes de forma mais fraca, por vezes mais forte — inclusive aquelas que compreendem os Estados, também peculiares a cada país. Assim, a maneira como é constituído o mercado e o conjunto de instituições em cada país não tem nada de natural ou ótimo. Ao mesmo tempo, revela-se fundamental a percepção do mercado como sendo igualmente constituído por instituições, não havendo, portanto, porque o considerar acima de outras instituições:

“a despeito do seu tom fundamentalmente pró-intervencionista, a economia do bem-estar compartilha com o neoliberalismo a crença na primazia institucional do mercado... Esta observação aparentemente paradoxal fará



sentido quando percebermos que conferir primazia institucional ao mercado não é equivalente a acreditar em menos intervenção do Estado, uma vez que a extensão da intervenção pode se revelar absolutamente gigantesca, dada a difusão das falhas de mercado. A visão institucionalista, em contraste, não crê na primazia institucional do mercado. Ela acredita que o mercado é somente uma das muitas instituições econômicas e não necessariamente a mais importante. Além do mais, ela argumenta que não há razão para crer que existem fronteiras ‘cientificamente’ dadas entre diferentes instituições — especialmente o tipo de limite descrito pela dicotomia mercado-Estado sustentado pela economia do bem-estar e pelo neoliberalismo.... [E]sta visão reconhece explicitamente o papel do Estado como planejador, defensor e reformador de várias instituições formais e informais, ao mesmo tempo em que leva a sério as restrições políticas para o efetivo exercício de um tal papel (conforme apontado pela nova economia política).”(Chang,1994b:297-8)

Portanto, neste caso há uma oposição com relação a argumentações fundadas no bem-estar, de autores como Stiglitz (1989a;1989b), pois elas explicitamente se baseiam nas falhas de mercado. Mesmo assim, como visto até aqui, o recurso a este conceito pode ser útil para auxiliar na demonstração da debilidade do arcabouço de EG como ponto de partida para a compreensão do funcionamento das economias e da forma como os vários agentes privados ou públicos podem atuar sobre elas.

Segundo, como visto anteriormente que logicamente, a partir desta constatação, estas teorias não são pontos de partida adequados para justificar políticas públicas, sejam elas econômicas ou industriais. Isto porque, implícita e explicitamente, medidas adotadas tomando como fundamento teórico estes modelos significam que se pretende atingir o funcionamento ideal teorizado por eles, não importando se as condições essenciais do mundo real com eles não se coadunam (Winter,1986:S428-9) e se o próprio funcionamento virtual do modelo teórico vê-se ameaçado (e isto sob condições teóricas ideais) dadas: **1)** as condições extremamente restritivas e irreais que tornariam possível o EG, mas sem que seja possível evitar as contradições internas nos pressupostos necessários para alcançá-lo; **2)** mesmo assim, a sua precariedade e instabilidade; e **3)** a necessidade de soluções *ad hoc* para demonstrar que o sistema econômico e social a ele tende (ou seja, para comprovar que o ponto de EG, se existir, é um atrator) e que há uma propensão a que permaneça em suas cercanias (Dosi & Orsenigo,1988; Silverberg, 1988:534; Possas, 1996:77-8).

Terceiro, que existem teorias as quais, a partir de pressupostos iniciais bastante realistas — apesar de em maior número do que os pressupostos da TEG e, talvez, por isso, de uma maior complexidade inicial — permitem uma melhor compreensão do mundo econômico real, sem que seja necessário recorrer a subterfúgios e expedientes *ad hoc* para harmonizar teoria e realidade. Ao mesmo tempo, estas teorias permitem chegar a resultados finais igualmente mais realistas, quando não mais simples, do que os alcançados pela TEG, embora indeterminados — isto é, dependentes da trajetória — e sem equilíbrio.

E quarto, como vimos, que a partir destas teorias mais realistas tem-se, evidentemente, uma fundamentação mais sólida para a prescrição de políticas, entre elas as industriais.

Como explica mais uma vez Petri (1998:15-8):

“Se se abandona o conto de fadas do tateamento [*tatonnement*] instantâneo... tem-se o direito de dizer que a teoria do equilíbrio neo-walrasiano não pode nos dizer, de modo algum, qualquer coisa sobre o comportamento das economias reais.(...) Uma outra implicação... é que, uma vez que o equilíbrio neo-walrasiano não pode indicar as tendências das economias reais, nenhuma conclusão pode ser derivada da teoria neo-walrasiana a respeito de se as economias reais tendem ao pleno emprego de recursos. Consequentemente, a teoria do equilíbrio geral neo-walrasiano não pode ser a microfundação da tese de que as economias de mercado tendem ao pleno emprego de recursos.”

## 5 Conclusões

Como visto, as teorias neoclássicas do EG e do Comércio Internacional não podem ser utilizadas como alicerces para a análise das economias reais e, conseqüentemente, muito menos ainda para a elaboração de políticas governamentais que possam tornar mais eficientes as economias capitalistas. Todavia, há um enorme acúmulo de contribuições teóricas alternativas, inclusive por parte de alguns adeptos menos dogmáticos do *mainstream economics*, capaz de contribuir com pressupostos mais realistas e a partir deles, com um corpo teórico consistente, i.e., sem contradições lógicas, e em rápida evolução. Este corpo teórico é, à primeira vista, mais complexo do que o de EG, ou de outros modelos neoclássicos de equilíbrio parcial, em decorrência do maior número inicial de pressupostos básicos com os quais atua. Isto ocorre exatamente a fim de adequá-lo ao seu objeto de estudo (Vasconcelos *et alii*,1998), o que se mostra além do mais, apropriado quando se compara as conclusões lógicas deste corpo teórico com as economias reais (Dosi & Orsenigo,1988). Note-se que não se está reeditando inadvertidamente a visão instrumentalista de Friedman (1953), mas sim, ao contrário, postulando que uma teoria deve, sempre que possível, adaptar-se à realidade tanto em suas premissa quanto em suas conclusões, dado o seu objetivo de explicar aquela realidade (Vasconcelos *et alii*,1998).

Assim, em contraposição aos supostos neoclássicos fundamentais, quais sejam, a racionalidade substantiva, maximizadora, e o equilíbrio, como normas de atuação e/ou de decisão dos agentes, os quais conduzem, como corolário, aos equilíbrios possíveis e tendenciais nos mercados, sejam estes alcançados em mercados individuais, em um conjunto de mercados ou em todos os mercados tomados agregadamente (equilíbrio geral — Possas,1995:5,18), é possível

fundamentar-se em uma concepção teórica alternativa, calcada sobretudo nas teorias evolucionistas neo-schumpeteriana e institucionalista. Estas últimas prescindem da necessidade de qualquer concepção de equilíbrio ou de racionalidade substantiva, conseqüentemente permitindo a presença de incerteza em um sentido Knightiano/Keynesiano e corroborando, desta forma, uma concepção de racionalidade apenas satisfatória, procedimental (Simon,1962;1976; Possas,1995; Hodgson,1997). Assim, tal tarefa pode ser realizada fazendo uso de contribuições de autores e concepções teóricas de várias escolas de pensamento — neo-schumpeteriana, pós-keynesiana, neo-keynesiana, marxista, institucionalista, neo-austríaca, etc., até mesmo de alguns representantes do *mainstream* — desde que apresentem alguma contribuição relevante a uma concepção alternativa (Dosi *et alii*,1990; Samuels,1995).

Esta teoria evolucionista geral teria como pontos centrais **a)** a dinâmica; **b)** a adequação à economia e sociedade como fenômenos históricos; **c)** a rejeição da idéia de que as economias e/ou as sociedades capitalistas propendem a um equilíbrio ótimo qualquer; **d)** a refutação de qualquer possibilidade de racionalidade substantiva, maximizadora e, por fim; **e)** a incerteza, inevitável para uma teoria que se pretenda histórica.

### ***Referências Bibliográficas***

- ALCHIAN, Armen A. (1950) “Uncertainty, evolution, and economic theory”. Journal of Political Economy, v. 58, p. 211-221, feb./dec.
- ALLEN, Peter M. (1988) “Evolution, innovation and economics”. In DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; NELSON, Richard; SILVERBERG, Gerald & SOETE, Luc (Orgs.) Technical Change and Economic Theory. London: Pinter. p. 95-119.
- AMADEO S., Edward J. (1982) Desemprego, Salários e Preços: Um Estudo Comparativo de Keynes e da Macroeconomia da Década de 1970. Rio de Janeiro: BNDES.
- AMENDOLA, Giovanni; DOSI, Giovanni & PAPAGNI, Erasmo (1993) “The dynamics of international competitiveness”. Weltwirtschaftliches Archiv, band 129, heft 3, p. 451-471, sep.
- ANTONELLI, Cristiano (1997) “The economics of path-dependence in industrial organization”. International Journal of Industrial Organization, v. 15, p. 643-675.
- AOKI, M. (1991) “Global competition, firm organization, and total factor productivity...”. In OECD. Technology and Productivity: The Challenge for Economic Policy. Paris: OECD. p. 419-425.
- ARROW, Kenneth J. & HAHN, Frank H. (1971) General Competitive Analysis. San Francisco: Holden Day.
- BAPTISTA, Margarida A.C. (1997) A Abordagem Neo-Schumpeteriana: Desdobramentos Normativos e Implicações para a Política Industrial. Tese (Doutorado) — IE-UNICAMP.
- BOYER, Robert (1993) “Introduction to part II”. In FORAY, Dominique & FREEMAN, Christopher (Eds.) Technology and the Wealth of Nations: The Dynamics of Constructed Advantage. London: Pinter. p. 95-106.
- de CARVALHO, Fernando J. C. (1983-84) “On the concept of time in shacklean and sraffian economics”. Journal of Post Keynesian Economics, v. 6, n. 2, p. 265-280, winter.
- \_\_\_\_\_ (1988) “Keynes on probability, uncertainty and decision making”. Journal of Post Keynesian Economics, v. 11, n. 1, p. 66-81, fall.
- CHANG, Ha-Joon (1994a) The Political Economy of Industrial Policy. New York: St. Martin’s Press.
- \_\_\_\_\_ (1994b) “State institutions and structural change”. Structural Change and Economic Dynamics, v. 5, n. 2, p. 293-313, dec.
- CHIAROMONTE, Francesca & DOSI, Giovanni (1993) “The micro foundations of competitiveness and their macroeconomic...”. In FORAY, Dominique & FREEMAN, Christopher (Eds.) op. cit. p. 107-134.

- CHIPMAN, John S. (1987) "International trade". In EATWELL, John; MILGATE, Murray & NEWMAN, Peter (Eds.) The New Palgrave: A Dictionary of Economics. London: Macmillan, 1991. 4 v. v. 2. p. 922-955.
- CORICELLI, Fabrizio & DOSI, Giovanni (1988) "Coordination and order in economic change and the interpretative power of economic theory". In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 124-147.
- \_\_\_\_\_; ORSENIGO, Luigi (1991) "Micro-economic dynamics and macro-regularities: an 'evolutionary' approach to technological and institutional change". In OECD. Technology and Productivity: The Challenge for Economic Policy. Paris: OECD. p. 545-563.
- DAVID, Paul A. (1994) "Why are institutions the 'carriers of history'? Path dependence and the evolution of conventions, organizations...". Structural Change and Economic Dynamics, v. 5, n. 2, p. 205-220, dec.
- DAVIDSON, Paul (1972) Money and the Real World. 2ª ed. New York: John Wiley & Sons, 1978.
- \_\_\_\_\_. (1980) "The dual-faceted nature of the Keynesian revolution: money and money wages in unemployment and production flow prices". Journal of Post Keynesian Economics, v. 2, n. 3, p. 291-307, spring.
- \_\_\_\_\_. (1982-83) "Rational expectations: a fallacious foundation for studying crucial decision-making processes". Journal of Post Keynesian Economics, v. 5, n. 2, p. 182-198, winter.
- DOSI, Giovanni (1988a) "Institutions and markets in a dynamic world". The Manchester School, v. 56, n. 2, p. 119-146, june.
- \_\_\_\_\_. (1988b) "Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation". Journal of Economic Literature, v. 26, p. 1120-1171, sep.
- \_\_\_\_\_. (1991) "Perspectives on evolutionary theory". Science and Public Policy, v. 18, n. 6, p. 353-361, dec.
- \_\_\_\_\_; FREEMAN, Christopher & FABIANI, Silvia (1994) "The process of economic development: introducing some stylized facts and...". Industrial and Corporate Change, v. 3, n. 1, p. 1-45.
- \_\_\_\_\_; MARENGO, Luigi (1994) "Some elements of an evolutionary theory of organizational competences". In ENGLAND, Richard W. (Ed.) Evolutionary Concepts in Contemporary Economics. Ann Arbor: The University of Michigan Press. p. 157-178.
- \_\_\_\_\_; ORSENIGO, Luigi (1988) "Coordination and transformation: an overview of structures, behaviours and change in evolutionary environments". In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 13-37.
- \_\_\_\_\_; PAVITT, Keith & SOETE, Luc (1990) The Economics of Technical Change and International Trade. London: Harvester Wheatsheaf.
- \_\_\_\_\_; SOETE, Luc (1988) "Technical change and international trade". In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 401-431.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (1991) "Technological innovation and international competitiveness". In NIOSI, Jorge (Ed.) Technology and National Competitiveness: Oligopoly, Technological Innovation and International Competition. Montreal: Mc-Gill Queen's U.P. p. 91-118.
- DOW, Sheila C. (1985) Macroeconomic Thought: A Methodological Approach. New York: Basil Blackwell.
- FAGERBERG, Jan (1987) "A technology gap approach to why growth rates differ". Research Policy, v. 16, n. 2 a 4, p. 87-99.
- \_\_\_\_\_. (1988) "Why growth rates differ". In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 432-457.
- FREEMAN, Christopher (1993) The Economics of Technical Change. A critical survey article for the "Cambridge Journal of Economics". Maastricht: Mimeo.
- FRIEDMAN, Milton (1953). "The methodology of positive economics". In HAUSMAN, Daniel M. (Ed.) The Philosophy of Economics: An Anthology. Cambridge: Cambridge U.P., 1984.
- GUESNERIE, Roger (1987) "Hidden actions, moral hazard and contract theory". In EATWELL, John *et alii* (Eds.) The New Palgrave: A Dictionary of Economics. London: Macmillan, 1991. 4 v. v. 2. p. 646-651.
- HAHN, Frank H. (1984) Equilibrium and Macroeconomics. Oxford: Basil Blackwell.
- HEINER, Ronald A. (1988) "Imperfect decision and routinized production: implications for evolutionary modeling and inertial technical change". In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 148-169.
- HODGSON, Geoffrey M. (1988) Economics and Institutions: A Manifesto for a Modern Institutional Economics. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- \_\_\_\_\_. (1991) "Economic evolution: intervention contra Pangloss". Journal of Economic Issues, v. 25, n. 2, p. 519-533, june.
- \_\_\_\_\_. (1997) "The ubiquity of habits and rules". Cambridge Journal of Economics, v. 21, p. 663-684.
- ITO, Motoshige; KIYONO, Kazuharu; OKUNO-FUGIWARA, Masahiro & SUZUMURA, Kotaro (1988) Economic Analysis of Industrial Policy. San Diego: Academic Press, 1991.
- JONES, Ronald W. (1987) "Heckscher-Ohlin trade theory". In EATWELL, John *et alii* (Eds.) The New Palgrave: A Dictionary of Economics. London: Macmillan, 1991. 4 v. v. 2. p. 620-627.
- KAPP, K. William (1968) "In defense of institutional economics". Swedish Journal of Economics, v. 70, p. 1-18.
- \_\_\_\_\_. (1976a) "The nature and significance of institutional economics". Kyklos, v. 29, n. 2, p. 209-232.
- \_\_\_\_\_. (1976b) "A natureza da economia como um sistema aberto e suas implicações". In DOPFER, Kurt (Org.) A Economia do Futuro: Em Busca de um Novo Paradigma. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 91-104.
- KEYNES, John Maynard (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money. (Reimpresso em: MOGGRIDGE, Donald (Org.) Collected Writings of John Maynard Keynes. London: Macmillan, 1973. 30 v. v. 7. The General Theory of Employment, Interest and Money.)
- \_\_\_\_\_. (1937a) "A teoria geral do emprego". In SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) John Maynard Keynes: Economia. 2ª ed. São Paulo: Atica, 1984. p. 167-179.
- \_\_\_\_\_. (1937b) "Ex post and ex ante". (Reimpresso em: MOGGRIDGE, Donald (Org.) Collected Writings of John Maynard Keynes. London: Macmillan, 1973. 30 v. v. 14. The General Theory and After — Part

II. Defence and Development. p. .)

- KOLM, Serge-Christophe (1994) "Rational normative economics vs. 'social welfare' and 'social choice'". European Economic Review, v. 38, n. 3 e 4, p. 721-730, apr.
- \_\_\_\_\_ (1995) "Economic justice: the central question". European Economic Review, v. 39, n. 3 e 4, p. 661-673.
- KOTOWITZ, Y. (1987) "Moral hazard". In EATWELL, John *et alii* (Eds.) The New Palgrave: A Dictionary of Economics. London: Macmillan, 1991. 4 v. v. 3. p. 549-551.
- KREGEL, Jan A. (1976) "Economic methodology in the face of uncertainty: the modelling methods of Keynes and the post-keynesians". The Economic Journal, v. 86, p. 209-225, june.
- \_\_\_\_\_ (1980) "Markets and institutions as features of a capitalistic production system". Journal of Post Keynesian Economics, v. 3, n. 1, p. 32-48, fall.
- \_\_\_\_\_ (1996) "Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais". Economia e Sociedade, n. 7, p. 29-49, dez.
- KREPS, David M. (1990) A Course in Microeconomic Theory. Princeton: Princeton U.P.
- KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, Maurice (1988) International Economics: Theory and Policy. 4<sup>th</sup> ed. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1997.
- LAWSON, Tony (1988) "Probability and uncertainty in economic analysis". Journal of Post Keynesian Economics, v. 11, n. 1, p. 38-65, fall.
- \_\_\_\_\_ (1995) "A realist perspective on contemporary 'economic theory'". Journal of Economic Issues, v. 29, n. 1, p. 1-31, mar.
- \_\_\_\_\_ (1997) "Situated rationality". Journal of Economic Methodology, v. 4, n. 1, p. 101-125, june.
- LUCAS JR., Robert E. & SARGENT, Thomas J. (1981) "After keynesian macroeconomics". In LUCAS JR., Robert E. & SARGENT, Thomas J. (Orgs.) Rational Expectations and Econometric Practice. London: G. Allen & Unwin. p. 295-319.
- MCKENZIE, Lionel W. (1987) "General equilibrium". In EATWELL, John *et alii* (Eds.) The New Palgrave: A Dictionary of Economics. London: Macmillan, 1991. 4 v. v. 2. p. 498-512.
- METCALFE, J.S. (1981) "Impulse and diffusion in the study of technical change". Futures, v. 13, n. 5, p. 347-359.
- \_\_\_\_\_ (1988) "The diffusion of innovation: an interpretative survey". In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 560-589.
- MINFORD, P & PEEL, D. (1983) Rational Expectations and the New Macroeconomics. Oxford: Basil Blackwell.
- NELSON, Richard R. (1991) "A conference overview — retrospect and prospect". In OECD. Technology and Productivity: The Challenge for Economic Policy. Paris: OECD. p. 579-584.
- \_\_\_\_\_ (1992) "Recent writings on competitiveness: boxing the compass". California Management Review, v. 34, n. 2, p. 127-137, winter.
- \_\_\_\_\_ (1994a) "The co-evolution of technology, industrial structure, and supporting institutions". Industrial and Corporate Change, v. 3, n. 1, p. 47-63.
- \_\_\_\_\_ (1994b) "The coevolution of technologies and institutions". In ENGLAND, Richard W. (Ed.) op. cit. p. 139-156.
- \_\_\_\_\_ & SOETE, Luc (1988) "Policy conclusions". In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 631-635.
- \_\_\_\_\_ & WINTER, Sidney G. (1974) "Neoclassical vs. evolutionary theories of economic growth: critique and prospectus". The Economic Journal, v. 84, p. 886-905, dec.
- \_\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_ (1977) "In search of a useful theory of innovation". Research Policy, v. 6, p. 36-76.
- \_\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_ (1982) An Evolutionary Theory of Economic Change. Cambridge, Mass.: Harvard U.P.
- NORTH, Douglass C. (1990) Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge U.P., 1992.
- OECD (1992a) Technology and the Economy: The Key Relationships. Paris: OECD.
- PETRI, Fabio (1998) The "Sraffian" Critique of Neoclassical Economics: Some Recent Developments. Apresentado no III Encontro Nacional de Economia Política. Niterói: Mimeo.
- PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. (1991) Microeconomia. São Paulo: Makron Books, 1994.
- POLANYI, Karl (1944) A Grande Transformação: As Origens.... 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- \_\_\_\_\_ (1957) "La economía como actividad institucionalizada". In POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M. & PEARSON, Harry W. (Dirs.) Comércio y Mercado en los Impérios Antiguos. Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p. 289-316.
- \_\_\_\_\_ & ARENSBERG, Conrad M. (1957a) "Prefacio". In POLANYI, Karl *et alii* (Dirs.) Comércio y Mercado en los Impérios Antiguos. Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p. 39-45.
- \_\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_ (1957b) "Nota introdutoria". In POLANYI, Karl *et alii* (Dirs.) Comércio y Mercado en los Impérios Antiguos. Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p. 47-48.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ & PEARSON, Harry W. (Dirs.) (1957a) Comércio y Mercado en los Impérios Antiguos. Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p. 289-316.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_ (1957b) "El lugar de la economía en la sociedad". In POLANYI, Karl *et alii* (Dirs.) Comércio y Mercado en los Impérios Antiguos. Barcelona: Labor Universitaria, 1976. p. 285-288.
- POSSAS, Mario L. (1986) "Para uma releitura teórica da *Teoria Geral*". Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 16, n. 2, p. 295-308, ago.
- \_\_\_\_\_ (1987) A Dinâmica da Economia Capitalista: Uma Abordagem Teórica. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1988) "Em direção a um paradigma microdinâmico". In AMADEO S., Edward J. (Org.) Ensaio sobre Economia Política Moderna: Teoria e História do Pensamento Econômico. São Paulo: Marco Zero. p.

- 157-177.
- \_\_\_\_\_. (1989a) Racionalidade e Regularidades: Rumos a uma Integração Micro-Macrodinâmica. Campinas: Mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1992) Concorrência, Inovação e Complexos Industriais: Algumas Questões Conceituais. Texto para Discussão, IE/UNICAMP, Campinas, n. 9, jun.
- \_\_\_\_\_. (1995) A Cheia do “Mainstream”: Comentários sobre os Rumos da Ciência Econômica. Texto para Discussão, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 327, mar.
- \_\_\_\_\_. (1996) “Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial — implicações para o Brasil”. In CASTRO, Antonio B.; POSSAS, Mario L. & PROENÇA, Adriano (Orgs.) Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira: Discutindo Mudanças. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 71-117.
- \_\_\_\_\_.; FAGUNDES, Jorge & PONDÉ, João L. (1995) Política Anti-truste: Um Enfoque Schumpeteriano. Texto para Discussão, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 347, set.
- POSSAS, M. Silvia (1993) Concorrência e Competitividade: Notas sobre Estratégia e Dinâmica Seletiva na Economia Capitalista. Tese (Doutorado) — IE-UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1996) “Notas sobre os limites da política industrial”. Cadernos da FACECA, v. 5, n. 1, p. 152-162.
- RADZICKI, Michael J. & STERMAN, John D. (1994) “Evolutionary economics and system dynamics”. In ENGLAND, Richard W. (Ed.) op. cit. p. 61-89.
- RESNICK, Stephen A. & WOLFF, Richard D. (1994) “Rethinking complexity in economic theory: the challenge of overdetermination”. In ENGLAND, Richard W. (Ed.) op. cit. p. 39-59.
- SAH, Raaj K. (1991) “Fallibility in human organizations and political systems”. Journal of Economic Perspectives, v. 5, n. 2, p. 67-88, spring.
- SAMUELS, Warren J. (1990) “Institutional economics and the theory of cognition”. Cambridge Journal of Economics, v. 14, n. 2, p. 219-227, june.
- \_\_\_\_\_. (1995) “The present state of institutional economics”. Cambridge Journal of Economics, v. 19, n. 4, p. 569-590, aug.
- \_\_\_\_\_. (1997) “On the nature and utility of the concept of equilibrium”. Journal of Post Keynesian Economics, v. 20, n. 1, p. 77-88, fall.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1942) Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SETTERFIELD, Mark (1997) “Should economists dispense with the notion of equilibrium?”. Journal of Post Keynesian Economics, v. 20, n. 1, p. 47-76, fall.
- SILVERBERG, Gerald (1988) “Modelling economic dynamics and technical change: mathematical approaches to self-organization and evolution”. In DOSI, Giovanni *et alii* (Orgs.) op. cit. p. 531-559.
- \_\_\_\_\_.; DOSI, Giovanni & ORSENIGO, Luigi (1988) “Innovation, diversity and diffusion: a self-organisation model”. The Economic Journal, v. 98, p. 1032-1054, dec.
- SIMON, Herbert A. (1962) “The architecture of complexity”. Proceedings of the American Philosophical Society, v. 106, n. 6, p. 467-482, dec.
- \_\_\_\_\_. (1976) “From substantive to procedural rationality”. In LATSIS, S.J. (Ed.) Method and Appraisal in Economics. Cambridge U.P. p. 129-148.
- \_\_\_\_\_. (1991) “Organizations and markets”. Journal of Economic Perspectives, v. 5, n. 2, p. 25-44, spring.
- SOETE, Luc L.G. (1991) “National support policies for strategic industries: the international implications”. In OECD. Strategic Industries in a Global Economy: Policy Issues for the 1990s. Paris: OECD. p. 51-80.
- STEEDMAN, Ian (1987) “Foreign trade”. In EATWELL, John *et alii* (Eds.) The New Palgrave: A Dictionary of Economics. London: Macmillan, 1991. 4 v. v. 2. p. 406-411.
- STIGLITZ, Joseph E. (1989a) “Financial markets and development”. Oxford Review of Economic Policy, v. 5, n. 4, p. 55-68.
- \_\_\_\_\_. (1989b) “Markets, market failure and development”. The American Economic Review, v. 79, n. 2, p. 197-203, may.
- \_\_\_\_\_. (1991) “Symposium on organizations and economics”. Journal of Economic Perspectives, v. 5, n. 2, p. 15-24, spring.
- SWANEY, James A. & EVERS, Martin A. (1989) “The social cost concept of K. William Kapp and Karl Polanyi”. Journal of Economic Issues, v. 23, n. 1, p. 7-33, mar.
- VARIAN, Hal R. (1978) Microeconomic Analysis. 3<sup>rd</sup> ed. New York: W.W. Norton, 1992.
- \_\_\_\_\_. (1987) Microeconomia: Princípios Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VASCONCELOS, Marcos R.; STRACHMAN, Eduardo & FUCIDJI, J. Ricardo (1998) “O Realismo Crítico e as controvérsias metodológicas contemporâneas em economia”. Anais do III Encontro Nacional de Economia Política. Niterói: EdUFF. p. 23-40.
- VERCELLI, Alessandro (1991) Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes and Lucas. Cambridge: Cambridge U.P.
- \_\_\_\_\_. (1993a) The Case for a Non Reductionist Macroeconomics: A Long Run Perspective. Preliminary Draft. Apresentado no Seminário em Comemoração aos 25 Anos de Atividade do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas: Mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1993b) “Il declino della concezione dinamica di equilibrio”. Atti della XXXIII Reunione Scientifica Annuale della Società Italiana degli Economisti. [s.l.]
- VILLELA, André & CORREA, Paulo G. (1995) “Fundamentos teóricos da política industrial”. Revista do BNDES, v. 2, n. 3, p. 27-68, jun.
- WILLIAMSON, John (1989) A Economia Aberta e a Economia Mundial: Um Texto de Economia Internacional. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- WILLIAMSON, Oliver E. (1993) “Transaction cost economics and organization theory”. Industrial and Corporate

Change, v. 2, n. 2, p. 107-156.

WINTER, Sidney G. (1986) "Comments on Arrow and on Lucas". Journal of Business, v. 59, n. 4, p. S427-S434.